



A língua transgressora: Os ensinamentos de hooks em diálogo com a Sociolinguística

*The transgressive language:
hooks' teachings in dialogue with Sociolinguistics*

*El lenguaje transgresor:
Las enseñanzas de hooks en diálogo con la Sociolingüística*

Ana Carolina de Souza Silva¹
Universidade de Brasília (UnB)

Luís Augusto Ferreira Saraiva²
Universidade de Brasília (UnB)

Dossiê

RESUMO

O presente artigo tem, como objetivo, discutir acerca das contribuições de hooks para os estudos linguísticos. A autora sugere reflexões que vão ao encontro dos estudos desenvolvidos na Sociolinguística, abordagem presente na ciência da língua. Consideramos que hooks propõe atitudes transgressoras que representam políticas de língua eficazes para o reconhecimento de variantes linguísticas e o ensino dialetal diverso. Ademais, hooks nos deixa o legado de reconhecer uma identidade linguística no vernáculo negro, também presente no Brasil. Isso só é possível quando passamos a ser sujeitos da língua, entendendo que suas modificações e modos alternativos de uso representam a memória e a história de um povo. Para realizar esta discussão, fizemos um entrelaçamento entre o pensamento de hooks, os estudos sociolinguísticos e as contribuições de autores como Lélia Gonzalez, Bispo dos Santos, Franz Fanon e Grada Kilomba.

Palavras-chave: hooks; Sociolinguística; Política de Língua; Vernáculo Negro; Identidade.

ABSTRACT

This article aims to discuss the contributions of hooks to linguistic studies. The author suggests reflections that are in line with the studies developed in Sociolinguistics, an approach present in the science of language. We consider that hooks proposes transgressive attitudes that represent effective language policies for the recognition of linguistic variants and diverse dialect teaching. Furthermore, hooks leaves us the legacy of recognizing a linguistic identity in the black vernacular, also present in Brazil. This is only possible when we become subjects of the language, understanding that its modifications and alternative ways of using it represent the memory and history of a people. To carry out this discussion, we intertwined hooks' thinking, sociolinguistic studies and the contributions of authors such as Lélia Gonzalez, Bispo dos Santos, Franz Fanon and Grada Kilomba.

Keywords: hooks; Sociolinguistics; Language Policy; Black Vernacular; Identity.

RESUMEN

¹Doutoranda em Linguística (PPGL/UnB), mestra em Linguística (PPGL/UnB) e graduada em Letras Português do Brasil como Segunda Língua (UnB). <https://orcid.org/0000-0001-5099-1058> Endereço eletrônico: anacss.contato@gmail.com.

² Doutor em Bioética (PPGBioética/UnB), mestre em Metafísica (PPGμ/UnB) e graduado em História (UFMA) e em Filosofia (FSF). <https://orcid.org/0000-0001-9247-4972> Endereço eletrônico: luisferrarafiles@gmail.com



Este artículo tiene como objetivo discutir las contribuciones de hooks a los estudios lingüísticos. El autor sugiere reflexiones que van a encuentro de los estudios desarrollados en Sociolingüística, enfoque presente en la ciencia del lenguaje. Consideramos que hooks propone actitudes transgresoras que representan políticas lingüísticas efectivas para el reconocimiento de variantes lingüísticas y la enseñanza de dialectos diversos. Además, hooks nos deja el legado de reconocer una identidad lingüística en la lengua vernácula negra, también presente en Brasil. Esto sólo es posible cuando nos convertimos en sujetos de la lengua, entendiendo que sus modificaciones y formas alternativas de uso representan la memoria y la historia de un pueblo. Para llevar a cabo esta discusión, entrelazamos el pensamiento de hooks, los estudios sociolingüísticos y las contribuciones de autores como Lélia Gonzalez, Bispo dos Santos, Franz Fanon y Grada Kilomba.

Palabras clave: hooks; Sociolingüística; Política Lingüística; Vernáculo Negro; Identidad.

Considerações iniciais

Eles queimam a escrita,
mas não queimam a oralidade.
Eles queimam os símbolos,
mas não queimam os significados.
Eles queimam os corpos,
mas não queimam a ancestralidade.
Salve!

Antônio Bispo dos Santos (2019, p. 35)

Língua e sociedade estão ligadas entre si; essa relação é o pilar da constituição da humanidade, uma vez que nossa história elucida que, em nosso modo organizacional, dispomos de um sistema linguístico para interação. Além disso, é esperado que, em um país democrático, o povo tenha direito a uma língua. Ao menos essa é a máxima que acompanha a lógica de que não existe língua sem sociedade. No território brasileiro, estamos falando de mais de cerca de 150 línguas indígenas, da Libras e de uma diversidade linguística imensa, atravessada pelo caráter geográfico, histórico, social e geracional.

Por outro lado, em nosso país, é oficializado o não-direito à língua. Para citar alguns exemplos, estão medidas oficiais como as de Marquês de Pombal (1757), que estipularam o português como idioma oficial da Colônia e exigiram a proibição de outras línguas sob o argumento de que povos indígenas e africanos deveriam livrar-se da barbaridade em seus hábitos (FAULSTICH, 1998). Já em 1837, a Lei 001 proibiu os africanos, africanas e seus descendentes de se matricularem em escolas públicas. Esse não direito à educação manifestase até hoje, quando leis sociais como a de cotas raciais são questionadas e deslegitimadas. Já a Lei Saraiva Cotegipe, de 1885, dizia que analfabetos não poderiam votar. A equação é simples: sem direito à escola, sem direito ao voto. Logo, não há direito ao poder, à gestão de

um país. O fato é que nós, população negra, tivemos negado o direito de sermos sujeitos de nós mesmos desde o sequestro de nossas famílias do continente africano para as colônias americanas.

Pensando nisso, em “Ensinando a transgredir – A educação como prática da liberdade” (2017)³, hooks, em seu capítulo “A língua”, parte de uma reflexão que muda a ótica dessa hermenêutica, sugerindo que percebamos o falante negro e em diáspora como sujeito de sua própria variedade linguística⁴. O entendimento é complexo, à primeira vista, mas hooks, com sua escrita poética e encantadora, nos encaminha a rever o lugar de subalternidade. Segundo ela, a variedade linguística presente em comunidades de fala negra representa a constituição e a afirmação de identidade, além de demarcar um lugar nosso no mundo, uma espécie de “eu-negro” na sociedade. Mais do que uma deturpação da língua, a análise de hooks propõe que a diversidade linguística seja o resultado de escolhas, de determinações realizadas pelo sujeito, ou seja, o falante não está refém de uma língua do colonizador, mas a subverte.

O mundo é variado e, nele, há uma diversidade de preconceitos. Os preconceitos, por sua vez, resultam da ignorância e da intolerância, baseadas em ideologias hegemônicas. Diante dos vários preconceitos que enfrentamos, o preconceito linguístico é um dos poucos em que temos visualizado a interferência das lutas sociais. Ao contrário, ainda que tenhamos discursos progressistas, há a defesa predominante de um “falar bem”, de uma “língua correta”.

A fim de nos opor às práticas pedagógicas baseadas em diretrizes maniqueístas de padronização de uma língua, temos desenvolvido, nos estudos sociolinguísticos, o combate aos preconceitos linguísticos. Além disso, nossos estudos têm possibilitado revisitar as noções de erro, uma vez que são legitimadas expressões linguísticas diversas e naturais (SALOMÃO, 2011). As investigações na área vêm ao encontro da resignificação da expectativa de uma homogeneidade linguística.

³ A primeira publicação da obra foi em 1994, pela editora Taylor & Francis.

⁴ Em “Wounds of Passion” (1997) e “Remembered Rapture” (1999), hooks também explora análises sobre a língua, sobretudo na modalidade escrita. De todo modo, o debate sobre o direito à língua é presente, reforçando as ideias elaboradas pela autora no capítulo “A língua”, que focamos neste artigo.



Propomos, neste artigo, entrelaçar um diálogo sobre a proposta dos estudos linguísticos e a perspectiva inovadora de hooks a respeito da língua. Para tanto, organizamos o texto da seguinte maneira: i) o primeiro tópico trata de um breve panorama dos estudos da Sociolinguística, incluindo o Brasil; ii) no segundo tópico, fazemos um sucinto resumo do que propôs hooks no capítulo “A língua”, supramencionado; iii) no terceiro tópico, a partir das análises da Sociolinguística e de hooks, avaliamos criticamente o modo como é visto o português do Brasil; iv) finalmente, no último tópico, explanamos a sugestão inovadora de hooks ampliada ao português do Brasil e sua rica diversidade. Finalizamos esse artigo não com conclusões, mas com encaminhamentos de um fazer linguístico antirracista no Brasil. Esta é uma agenda do passado, uma vez que, junto à independência do país, havia de ser pensada uma política de língua que nos garantisse a independência linguística. Nesse esforço acadêmico, sugerimos aprimorar nossos estudos, sobretudo a partir dos caminhos inovadores sugeridos por hooks.

1. Breve Panorama da Sociolinguística

O cenário de surgimento da Sociolinguística é a década de 1960. Na época, os estudos ora avaliavam o efeito da sociedade sobre a língua, ora concentravam-se em visualizar os efeitos da língua na sociedade. De todo modo, a formalização da área se dá em 1964, quando William Bright, na Universidade de Los Angeles (UCLA), reúne-se com uma série de estudiosos interessados em estabelecer a relação linguagem e sociedade. Na ocasião, Bright resolvera delimitar o objeto de estudo desse campo como sendo a diversidade linguística. Para ele, a identidade social dos participantes do discurso e o contexto no qual estão inseridos seriam os fatores condicionantes para a pluralidade apresentada nas línguas (SALOMÃO, 2011).

Se, inicialmente, a Sociolinguística restringia-se a descrever a variedade linguística de determinada comunidade de fala⁵, associando-as com as estruturas sociais, hoje seus estudos

⁵ Trata-se do “conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos. Em outras palavras, uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras” (ALKIMIN, 2003, p. 31).

aplicam-se a qualquer estudo que estabeleça uma relação entre linguagem e o contexto social. É de interesse da Sociolinguística trabalhar com o vernáculo, ou seja, a língua falada⁶, aquela em que o enunciador não está preocupado em como enunciar, mas simplesmente em expressar o conteúdo, os fatos, as ideias.

Nos estudos sociolinguísticos, um modelo teórico que tem bastante produção é a Sociolinguística Variacionista (ou Sociolinguística Quantitativa), de William Labov. A sociolinguística laboviana instituiu-se a partir do tratamento estatístico de dados coletados, ou seja, é uma análise que sistematiza a variação em determinada língua falada (SALOMÃO, 2011). Acredita-se, a partir dessa corrente, que a heterogeneidade linguística é necessária para o funcionamento real de dada língua, sendo o falante capaz de codificar e decodificar essa diversidade. Nesse sentido, a variação e a mudança linguística são características inerentes a qualquer língua natural. Para Salomão (2011, p. 190), a “variação não é vista como um efeito do acaso, mas como um fenômeno cultural motivado por fatores linguísticos e por extralinguísticos, e não é assistemática”.

Os sociolinguistas estabeleceram que era preciso definir alguns recortes nos quais era possível identificar a diversidade linguística, sendo eles i) a identidade social dos integrantes do discurso, ii) o contexto social e iii) as atitudes linguísticas (ALKIMIN, 2003). Em síntese, é papel da Sociolinguística observar, descrever e analisar a fala em contextos reais de uso.

Quando comunidades de fala são estudadas, é possível serem constatadas as diversidades linguísticas existentes, também chamadas de variedades linguísticas. O repertório linguístico de uma comunidade tende a ser riquíssimo, conforme a diversidade daquele local. Em grandes metrópoles, por exemplo, é esperado um repertório maior que em áreas isoladas. De todo modo, linguisticamente falando, não existe comunidade homogênea.

Todas as línguas do mundo são sempre continuações históricas. Em outras palavras, as gerações sucessivas de indivíduos legam a seus descendentes o domínio de uma

⁶ Para Tarallo (1994, p. 19), a língua falada “é o veículo linguístico de comunicação usado em situações naturais de interação social, do tipo comunicação face a face. É a língua que usamos em nossos lares ao interagir com os demais membros de nossas famílias. É a língua usada nos botequins, clubes, parques, rodas de amigos; nos corredores e pátios das escolas, longe da tutela dos professores. É a língua falada entre amigos, inimigos, amantes e apaixonados”.



língua particular. As mudanças temporárias são parte da história das línguas (ALKIMIN, 2003, p. 33).

Em todo caso, é importante reconhecer que, nas comunidades de fala, embora haja a coexistência de variedades linguísticas, há também uma hierarquização entre elas, determinando algumas variedades superiores e outras inferiores. Isso ocorre porque as comunidades definem as relações sociais, que têm por base as estruturas sociopolíticas. Em síntese, o valor de determinada variedade é equivalente ao valor de seus falantes.

É particular, ao Ocidente, estabelecer uma variedade de prestígio, chamada variedade padrão⁷. Ela é socialmente estabelecida e recebe uma alta valoração, sendo usada em situações de rigor e formalidade e determinada pelo assunto e pelos integrantes do discurso. Embora seja muito estimada, a norma padrão não é uma língua essencialmente original. Como dito anteriormente, ela é social e historicamente estabelecida, ou seja, seus modos e normas são elegidos, geralmente pelos grupos socialmente dominantes e detentores do poder econômico e cultural predominante (ALKIMIN, 2003).

Vemos, portanto, que a padronização representa a homogeneização linguística, mas ela não é naturalmente superior às demais variedades. Outrossim, são os indivíduos de seu tempo quem definem a forma correta, agradável e aceitável de uso da língua. Alkimin (2003) nos aponta alguns exemplos de usos linguísticos antes considerados padrão, mas agora ocupando condição de desprestígio social. As formas “dereito” e “despois”, por exemplo, usadas por Caminha em 1500, ou, ainda, as formas “fruta” e “intonce”, outrora usadas por Camões em “Os Lusíadas” (1572), atualmente são estigmatizadas (ALKIMIN, 2003).

Em síntese, as línguas faladas são heterogêneas e passíveis de variação; essa variabilidade, por sua vez, é passível de sistematização. As variedades linguísticas são heranças e não simplesmente um exercício de deturpação da língua. Não há homogeneidade linguística, mas a imposição da cultura de grupos sociais hegemônicos e detentores de poder. Como nos aponta Labov (2008, p. 238), “tão logo eliminarmos a suposta associação entre

⁷ Tarallo (1994) estabelece quatro tipos de variantes linguística em dada comunidade de fala. Elas ocorrem de uma relação de concorrência, sendo as variantes não-padrão *vs* padrão; conservadoras *vs* inovadoras; de prestígio *vs* estigmatizadas. “Em geral, a variante considerada padrão é, ao mesmo tempo, conservadora e aquela que goza do prestígio sociolinguístico na comunidade. As variantes inovadoras, por outro lado, são quase sempre não padrão e estigmatizadas pelos membros da comunidade (TARALLO, 1994, p. 12).

estrutura e homogeneidade, estaremos livres para desenvolver os instrumentos formais necessários para lidar com a variação inerente dentro da comunidade de fala” (LABOV, 2008, p. 238).

2. Reflexões de hooks sobre a língua: o local de bell hooks na (para) a Linguística

Nós fazemos das nossas palavras uma fala contra hegemônica,
liberando-nos nós mesmos na linguagem
bell hooks (2017, p. 233).

bell hooks (1952-2021) foi uma intelectual, professora, escritora e militante negra dos Estados Unidos. Seus trabalhos são de considerável importância para os movimentos negros e o feminismo. hooks, em sua longa carreira acadêmica, lançou cerca de 30 livros, denunciando o racismo, o classismo e o sexismo, além de defender a luta por igualdade. Ademais, a autora seguiu uma significativa trajetória em defesa do amor, reconhecendo-o como importante ferramenta de luta.

No capítulo “A língua”, de “Ensinando a transgredir – A educação como prática da liberdade” (2017), uma de suas mais prestigiadas obras, hooks, a partir do verso “Esta é a língua do opressor, no entanto eu preciso dela para falar com você”, de Adrienne Rich, passa a refletir sobre o inglês padrão. Ela revisita a máxima de que seu povo, destruído e deslocado, fala “mal” com sua variante negra vernácula. Mas, segundo hooks (2017, p. 224), “o inglês padrão não é a fala do exílio”.

Pensemos que a língua escrita, ensinada nas escolas, vem como efeito da normalização, da padronização e da regularização, além, evidentemente, de um controle sobre nossos corpos. Uma das consequências do ensino da norma-padrão de uma língua é a tentativa de uma unidade da língua nacional, ligada ao ideal de construção de estado-nação. Essa concepção aniquila a diferença e a pluralidade nas construções nacionais e é veiculada massivamente na mídia, por exemplo (TARALLO, 1994).

Ainda na lógica das falácias a respeito da língua, é completamente inconcebível afirmar que há línguas simples, incompletas, inferiores ou até mesmo primitivas. Cada sistema linguístico corresponde à realidade física e simbólica do grupo a que pertence. Em



outras palavras, a língua corresponde à comunidade em que está inserida, em sua história e em seu presente; portanto, a relação com a linguagem é entendida como uma forma de ser e estar no mundo. Nesse sentido, “as práticas sociolinguísticas das pessoas incorporam realidades múltiplas, envolvendo o lugar, o corpo, o espaço, a cultura, a política, entre outros aspectos, compartilhados e não compartilhados pelas pessoas em determinados contextos e encontros sociais” (BAZZO; REZENDE, 2021, p. 141)

Diante da totalidade abrangente da linguagem, hooks chega à conclusão de que não é a língua inglesa que a fere, mas a postura dos opressores diante dela. A língua é moldada e transformada em um território de poucos; fora das margens delimitadoras, uma variedade de falantes é excluída. A língua, nesse sentido, passa a ser um instrumento de opressão e “eles [opressores] fazem dela uma arma que pode envergonhar, humilhar, colonizar” (hooks, 2017, p.224).

No âmbito da colonização, hooks reflete sobre as pessoas africanas escravizadas que foram forçadas a falar a língua do colonizador. Junto desse código linguístico, estava a cultura europeia. hooks prossegue:

Penso agora no pesar de africanos deslocados “sem casa”, forçados a habitarem um mundo onde eles viam pessoas como eles mesmos, sob a mesma pele, a mesma condição, mas que não tinham uma língua compartilhada para falar um com o outro, que precisaram da “língua do opressor” (2017, p. 225).

Como hooks, pensamos sobre como era possível que nossos antecedentes africanos codificassem a dor, o trauma, mas também a sua própria cultura, história e ancestralidade a partir de um código novo, de um lugar novo e opressor. Sobre a condição de “serem transportados abruptamente para um mundo onde o verdadeiro som da língua materna não tinha sentido” (2017, p. 226), como era possível continuar a história?

hooks nos apresenta uma nova perspectiva. Ela vai adiante, pois nos orienta que, para além de nossos antepassados terem sido forçados a deixar suas línguas em detrimento de outra, aprenderam o inglês como uma estratégia de recuperarem seus poderes pessoais em circunstâncias de colonização. Dominar aquela língua era uma estratégia de apropriação, de reinvenção da língua do colonizador. Era a partir daquela língua, compartilhada por uma

diversidade de etnias africanas, que houve a possibilidade de encontro, de reconstrução de povos a fim de criarem os vínculos fundamentais de resistência.

No entendimento de hooks, os usos “incorretos” da língua, atravessados pelos modos e conceitos africanos, eram a possibilidade de algo que ela chamou de “espírito de rebelião”, que atribuía à língua um local de resistência. Isso posto, o uso “alternativo” do inglês, ou seja, com novas formas e significados, comprometia a compreensão dos brancos, fazendo, do inglês, algo além da língua do opressor.

Seguindo a crítica de hooks, compreendemos que essas variantes, apresentadas pelo povo negro, forjaram uma fala repleta de aspectos idiossincráticos, inovadores e íntimos, ultrapassando os limites do inglês padrão. Acrescenta-se a isso que

O poder dessa fala não é simplesmente possibilitar resistência à supremacia branca, mas é também fabricar um espaço para produção cultural alternativa e epistemologias alternativas – diferentes maneiras de pensar e conhecer que foram cruciais para criar uma visão de mundo contra- hegemônica (p. 228).

Para citar um exemplo, hooks fala a respeito da cultura popular negra contemporânea, sobretudo do *rap* e da possibilidade de atuação da fala vernacular negra. Ainda que haja uma oportunidade de essa variante ser difundida, há, em contrapartida, os riscos de ter seu aspecto subversivo enfraquecido, se utilizada por jovens brancos que não compreendem o aspecto político e de poder que apresenta.

Nesse momento, hooks nos relembra que, em espaços como os da escrita e da educação, tal como nos círculos acadêmicos, há pouco esforço de garantir o uso do vernáculo negro. Citando como exemplo seus próprios alunos, hooks afirma que, ainda que tivessem o inglês padrão como segunda ou terceira língua, não lhes ocorria que havia possibilidade de usar uma variante vernacular na academia, na escrita. Eles não se davam conta de que aquela era uma maneira de repressão política. No caso, estamos falando diretamente de política de língua. Afinal, um povo não tem direito a sua língua?

hooks sente-se intrigada, pois percebe que o uso do inglês padrão poderia ser uma maneira de distanciar-se do vernacular negro. Os ambientes profissionais e sociais que frequentava eram essencialmente brancos e, por isso, não encontrava uma comunidade de fala



em que se sentisse linguisticamente contemplada. Portanto, como educadora e crítica, ela pensa que “infiltrar” o inglês vernáculo negro em sua sala de aula passa a ser uma atitude transgressora. Ao passo que o usa, também o usam seus alunos e suas alunas.

Segundo a autora, “encorajo os alunos a usar sua primeira língua e depois traduzi-la, para não sentirem que a educação superior vai necessariamente afastá-los da língua e da cultura que conhecem mais de perto” (2017, p. 229). Com o movimento de uso do vernáculo negro, ela observava que seus alunos brancos não conheciam plenamente o significado de todas as palavras. hooks acrescenta que a sala de aula se torna um espaço que “proporciona não somente a oportunidade de ouvir sem ‘dominar’, sem ter a propriedade da fala nem tomar posse dela pela interpretação, mas também a experiência de ouvir palavras não-inglesas” (2017, p. 230). Logo, hooks, a partir de sua experiência, propôs uma sala de aula transgressora por meio de um instrumento fundamental nas interações humanas: a língua.

3. Português do Brasil? Que língua é essa?

Reconhecer que nós nos tocamos uns aos outros na linguagem parece particularmente difícil numa sociedade que quer que acreditemos que não há dignidade na experiência da paixão, que sentir profundamente é ser inferior; pois dentro do dualismo do pensamento metafísico ocidental, ideias são sempre mais importantes que a linguagem. Para cicatrizar a fissura da mente e do corpo, nós, povo marginalizado e oprimido, tentamos retomar nós mesmos e nossas experiências na linguagem. Nós procuramos construir um lugar para a intimidade. Incapazes de encontrar tal lugar no inglês padrão, nós criamos a fala rompida, imperfeita, desregrada do vernáculo (hooks, 2017, p. 233).

A expressão “pessoas simples” é tão problemática quanto “língua simples”. As línguas são completas e complexas, assim como sua sociedade. O julgamento de inferioridade e subtração da variedade linguística de uma comunidade de fala é baseado em aspectos de natureza política e social e, como nos lembra Alkimin (2003, p. 42), “julgamos não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social”. E são justamente os comportamentos de resistência às diferenças linguísticas que instituem os preconceitos, incluindo o preconceito linguístico.

Nessa direção, a “intolerância linguística é um dos comportamentos sociais mais facilmente observáveis, seja na mídia, nas relações sociais cotidianas, nos espaços

institucionais etc” (ALKIMIN, 2003, p. 42). Nos aspectos de pronúncia ou de organização gramatical, as variedades linguísticas desprestigiadas têm suas particularidades rejeitadas, desqualificadas, como também são seus discursos. Ou seja, não se trata apenas de aspectos formais, mas também do aspecto do conteúdo das falas.

No Brasil se fala português e isso está associado ao fato de termos sido uma colônia de Portugal. Por sua vez, a variedade linguística daqui se diferencia da de lá. Os linguistas a chamam de português do Brasil ou português brasileiro. Isso quer dizer que, em nossa variedade, temos uma gramática com particularidades que se apresenta no vocabulário, nas construções sintáticas, na pronúncia e em outros eixos linguísticos.

É importante considerarmos que o português do Brasil apresenta uma diversidade enorme. Isso ocorre devido a alguns fatores, sendo eles: a sua extensão territorial, pois o país tem um tamanho continental; o passado colonial e escravocrata, que influenciou na dinâmica cultural; e os abismos sociais que segregam uma minoria acumuladora de riquezas e uma vasta população das massas. As massas, ocupadas por pessoas de zona rural, pobres e negras, vivem diante da máxima de que quem tem fome, tem pressa. Por consequência, quem tem fome não pode priorizar os livros; é aí que as diferenças educacionais se manifestam de maneira esmagadora.

Ainda que a Constituição Federal afirme que “todos são iguais perante a lei”, trata-se de uma lei que a maior parte da população não é capaz de decodificar. Nesse sentido, os atos segregacionistas ocorrem desde a Carta Magna, pois a língua oficializada restringe-se à variedade padrão; logo, ela não é democratizada. Nessa órbita, acreditar que o país possui uma língua única é um problema central, pois não há como encontrar soluções para um problema que teoricamente não existe. Segundo o sociolinguista Marcos Bagno (2015, p. 33), o “substantivo ‘língua’ é, sempre, coletivo, porque serve como rótulo unificador para uma multidão de coisas variadas, variáveis e variantes...”.

A respeito das desigualdades no Brasil, Bagno (2015) faz uma analogia aos “sem-língua” que, assim como os sem-teto e os sem-trabalho, estão à margem. Trata-se da grande parte da população que não acessa a variedade prestigiada da língua portuguesa falada no



Brasil. Essa língua padrão provoca uma distância gigantesca entre os que falam as diversidades linguísticas estigmatizadas e ridicularizadas.

Fica perceptível que o movimento de atribuir alguma insuficiência cognitiva à população que tem dificuldades de aprender a variedade urbana de prestígio é mais fácil. Por outro lado, desenvolver abordagens pedagógicas que considerem a diversidade dialetal presente nas salas de aula parece uma estratégia pouco viável. Para Bagno (2015), a verdadeira deficiência está nos pressupostos teórico-metodológicos tradicionais, não em uma “incompetência linguística ‘inata’ do brasileiro” (p. 52).

A reflexão sugerida, aqui, não é a de limitar a população em sua variedade linguística que, muitas vezes, é desprestigiada. Trata-se, na verdade, de democratizar a língua oficializada na mídia e em documentos oficiais a fim de que essa população tenha a autonomia de reconhecer seus direitos e deveres enquanto sociedade civil. Portanto, estamos falando de uma população que tem direito à língua do Estado.

Por outro lado, é fundamental que as diversidades linguísticas tenham o reconhecimento de sua complexidade a nível nacional. A ideia de uma inferioridade linguística no Brasil está associada à inferioridade atribuída ao seu povo, sobretudo de ascendência negra e indígena, o “povinho” desta nação. A mídia reforça o lugar de que, no Brasil, não se fala bem o Português. Essa é mais uma expressão neocolonialista, pois o referencial de português idealizado está em Portugal, país que apresenta variações como qualquer outra língua.

Falar que em Portugal se fala melhor português que no Brasil é problemático. A afirmação é segregacionista e serve como instrumento de poder, insinuando que poucos são os que conseguem acessar a língua (idealizada). Em termos numéricos, nosso país é 92 vezes maior que Portugal e nossa população é cerca de 20 vezes maior. Só na área metropolitana de São Paulo, por exemplo, há o dobro de falantes de Portugal que em toda a Europa. De todo modo, nosso ensino de língua é baseado na gramática literária de Portugal. Muitos conceitos são arcaicos e estão em desuso, mas continuam a ser ensinados, como “fósseis gramaticais” (BAGNO, 2015, p. 61).

Aos olhares dos europeus, explorar um território de “não humanos” e impor a língua do colonizador era sinônimo da chegada do progresso. Observa-se que o colonialismo é o

principal responsável pela redução de povos africanos e suas línguas. Concluimos que, se a língua é uma forma de compreensão de mundo e, ao mesmo tempo, criadora de percepções, fica evidente que as formas de ingresso no mundo por meio da língua passaram e passam por um processo de glotocídio.

Há um exclusivismo linguístico em nosso território e essa é uma estratégia política de língua. Em territórios que são remanescentes de colônias, a imposição da utilização de uma língua é o que considerou Abdias Nascimento (2019) uma dupla colonização, em termos de linguagem. Quando Abdias Nascimento discorre sobre o exclusivismo linguístico, trata da triste experiência que houve na modernidade por meio da apropriação, saque, exploração, escravidão, extermínio e relação de dependência colonial. Como pano de fundo, há um plano de genocídio que implementa perspectivas de inferioridade em prol de enfraquecer forças geradoras de resistência.

Nesse sentido, o uso de uma língua nacional, sobretudo em sua variante padrão, não significa o pertencimento a essa comunidade nacional. A língua é o principal instrumento de comunicação humana. Destruir uma língua é a estratégia violenta perfeita para extinguir a memória de um povo. Romper a língua, portanto, é romper com a história e a espiritualidade, é romper com o simbólico. Quanto a esse aspecto, Abdias Nascimento (2019) pontua que, na experiência afro-brasileira, a tradição e o conhecimento eram uma realidade viva, direta, afetiva e dinâmica, tudo isso através da oralidade.

Pensemos que, antes da invasão portuguesa, falavam-se centenas de línguas indígenas no território hoje conhecido como Brasil. Com os anos de escravidão, forjou-se a língua geral, de origem Tupinambá, usada pelos brancos para se comunicarem com os indígenas. A língua portuguesa é efetivamente oficializada em 1808, com a chegada da Família Real. Percebe-se que a língua pode ser usada como instrumento de dominação, sobretudo com os projetos nacionalistas, que fortalecem a ideia de unidade e a impõem a custos altos. Em síntese, em toda nossa história, nota-se que as políticas de línguas no Brasil foram e ainda são pensadas por brancos e para os brancos.



4. Agora o lixo vai falar, e numa boa⁸

Somos produto de silêncios. Esses silêncios deixam marcas e lacunas. Deixam vazios de existência, em que não sabemos mais quem fomos, onde estamos e para onde devemos caminhar. Esses silêncios são produto da subalternização de nossos corpos. Em tudo que temos produzido, somos deslegitimados. Em forma e conteúdo, nossos discursos são reduzidos à simplismos, ignorância, incompetência.

Para além de um sistema, a língua reúne códigos que materializam a compreensão e a representação do mundo. Nesse sentido, adquirir uma língua é obter, com ela, crenças, valores e práticas culturais. Se uma língua é morta e outra é introjetada em seu lugar, o universo das representações fica prejudicado. Nesse movimento, dado por meio da violência, há um maior agravante, pois instala-se, junto à língua, um trauma. Os traumas, advindos da violência, são elementos que produzem os silenciamentos diante dos grupos sociais, abrindo a porta para a subalternidade.

Fanon, em “Pele negra, máscaras brancas” (2008), inicia sua obra falando de aspectos linguísticos. Para ele, as pessoas negras se aproximam de uma essência verdadeiramente humana na medida em que falam a língua dos brancos. Nessa órbita, ele sugere um complexo de inferioridade advindo do sepultamento da originalidade cultural dos negros. Isso, pois, no pensamento de Fanon, todo idioma é uma forma de pensar; aquele que adota uma linguagem diferente da coletividade que nasceu, ou seja, aquele que “sabe” se diferenciar através da linguagem, está deslocado. Para o autor, quanto mais distante do branco estivermos, pior está nossa condição, seja em aspectos geográficos, de cor/etnia e de língua.

Adiante, Fanon (2008) descreve a postura paternalista dos brancos adotada com os negros, sobretudo quando são usadas atitudes linguísticas infantilizadas, docilizadas, como se se referissem a crianças. Para o martinicano, ao usar essa linguagem, o branco quer dizer: fique aí no seu lugar. Mas agora o negro vai falar, e numa boa.

Por que temos sugerido isso neste artigo? Segundo Spivak, em sua obra “Pode o subalterno falar?”, o silêncio não é resultado de problemas fisiológicos, mas de uma

⁸ Em referência à Lélia Gonzalez, em seu artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984).

dificuldade de nos expressarmos em sistemas de dominação. Dentro das relações coloniais, no entanto, a perspectiva da autora é perigosa, pois tende a condicionar a ideia de que pessoas negras não podem questionar e combater os discursos coloniais. Ao contrário disso, temos interpretações diferentes dos moldes coloniais e somos capazes de falar em nossos próprios nomes. Como já bem dissertava o mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos (2019, p. 25),

O colonialista gosta de denominar. Uma das armas do colonialista é dar nome. Em África, nós não éramos chamados de negros antes de o colonialista chegar. Tinham várias nomações, autonomações. E o que os colonialistas fizeram? Denominaram: chamaram todo mundo de negro. E eles usam uma palavra vazia. Uma palavra sem vida, que é para nos enfraquecer.

O universo do conhecimento está ligado ao poder e à autoridade racial. Esse universo não é neutro, mas um espaço que privilegia os saberes e as vozes brancas. Nesse espaço, não temos voz e estamos condicionados à outridade, é um fato. Somos descritos, classificados, desumanizados, primitivizados, brutalizados e mortos. Raras são as vezes em que fomos sujeitos. Isso ocorre, pois sofremos pela falta de representação. Nossas vozes são subrepresentadas pelos brancos e suas atitudes paternalistas. Nessa direção, os brancos se tornaram especialistas em nossa cultura (KILOMBA, 2019).

Para que sejamos sujeitos absolutos, como propõe Kilomba (2019), é preciso que, nas esferas políticas, sociais e individuais, tenhamos reconhecimento, validação e representação. Fanon (2008) parte da máxima de que falar é existir para o outro. Sendo assim, “falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (FANON, 2008, p. 33). Com esse pilar, pensemos: pode o subalterno ser ouvido?

Embora nos espaços de poder não haja uma reserva para nós, temos construído nossas próprias organizações a fim de continuarmos a história, como já sugeria Beatriz Nascimento (*apud* RATTS, 2006). Assim,

É comum dizer que o negro tem uma cultura própria. É claro que tem. E essa cultura é vinda de nossa origem africana. Então, tem-se o candomblé, umbanda e determinadas formas de comportamento, maneiras de se organizar, modos de habitar e uma série de outras coisas, as favelas; são culturas do negro. Existe uma cultura realmente histórica e tradicional que seria a cultura de origem africana e uma outra



cultura também histórica, mas que foi forjada nas relações entre brancos e negros, no Brasil (NASCIMENTO apud RATTIS, 2006, p. 40).

A partir de nossas organizações e modos de vida, ainda que destituídos de uma língua própria, pudemos nos reordenar por meio de um novo código. Embora imposto, esse código do colonizador nos possibilitou os encontros, encontros de etnias diversas, agora fragmentadas na diáspora. É a nossa potência em delinear nossas vivências que pariu uma diversidade linguística única: o pretoguês (GONZALEZ, 1988). O pretoguês nada mais é do que o português forjado com as marcas de africanidade. Elas estão no léxico, na fonologia, na sintaxe, na morfologia, na semântica e na pragmática da língua portuguesa.

Isso posto, fica evidente que, para nós, falar pretoguês não significa desprover de intelectualidade. Ademais, temos registrada a resistência em nossa história, sendo os quilombos a maior prova disso. Portanto, temos falado por nós, temos defendido nossos interesses, mas eles não têm sido ouvidos. Seja pela variante vernacular que apresentamos, seja pelo teor revolucionário de reparação que propomos, não interessa aos neocolonialistas o que temos dito.

Ao esvaziarem nossos saberes e códigos, nos apropriamos de outros modos de expressão e os preenchemos com nossas vivências. Se reduzem nossa existência a fracas e insignificantes palavras, transgredimos, pois “nós, que somos integrados com a vida, aproveitamos e colocamos vida nessa palavra. E então chega um tempo que essa palavra nos serve, porque ela cria força, porque ela nos move, anda com a gente. Nossa ancestralidade entra nessa palavra e movimenta a nosso favor (BISPO DOS SANTOS, 2019, p. 25).

Caminhos

Como sugerido, não seguimos às conclusões, mas a caminhos, a continuções.

Primeiro, questionamos: ensinando a transgredir, como faremos isso a partir da língua?

Quando nos propusemos, neste artigo, a estabelecer um diálogo entre as reflexões críticas de hooks e o que tem feito a Sociolinguística, pensamos sobre a importância que a autora tem na implementação dos estudos que já são efetivados desde a década de 1960. A

Sociolinguística e sua atitude descritivista provocam novas percepções sobre as variedades estigmatizadas, não padrão e inovadoras. Quebra-se a premissa de que apenas a variedade padrão e prestigiada é sistemática e regular.

Ainda que esta seja uma inovação nos estudos linguísticos, as contribuições que hooks nos deixa estão no campo de reflexão sobre a história de um povo. Ela nos humaniza e nos coloca no lugar de sujeitos de nossos discursos. Ela descentraliza os lugares de poder, pois empondera nossos discursos e os modos que os temos produzido. A margem, segundo hooks, é parte do todo, mas fora do corpo principal. Nela, novos discursos críticos se dão e as fronteiras opressivas são questionadas, desafiadas e desconstruídas. Ela nos ajuda a resistir à opressão e a pensar em mundos alternativos. A margem não é um local de ausência de fala, mas um espaço de possibilidades. Nessa direção, passamos a ser sujeitos, e não mais objetos.

A língua faz parte do sistema cultural de um povo e o aprendizado de diferentes modos de falar é estimulado por fatores sociais. No entanto, o ensino formal da língua – a partir da gramática escolar – não acompanha nem reconhece as mudanças linguísticas que se manifestam na fala até mesmo dos mais escolarizados. Ainda que com quase 200 anos de independência política, temos nosso ensino voltado às normas linguísticas de Portugal. A partir disso, percebemos que não estamos apenas com complexo de colonizados, mas efetivamente somos colocados nesse lugar por meio das políticas de Estado presentes.

Há uma espécie de castração, decorrente do genocídio de nosso povo. No glotocídio, percebemos outro tipo de castração: a de poder de comunicação, de interação por meio de uma língua. Esse pretoguês da gente é profundamente estigmatizado, inferiorizado, violentado a cada dia, outra estratégia de silenciamento implantada em nós. Como afirma o linguista Gabriel Nascimento (2019, p. 107), o “negro é obrigado a se negar [...] discursivamente”, portanto, a estratégia de racializar passa a ser uma “forma de alertar sempre ao sujeito branco que ele não é universal” (p. 109). É assim, racializando, que construiremos uma linguística antirracista.

Estamos fragmentados, mas estamos vivos, evidenciando que, ainda que tenham nos silenciado, não foram capazes de romper com tudo o que temos. É preciso, portanto, haver reconhecimento da variedade linguística que dispomos. Também é necessário apostar nos



quilombos vivos, nos saberes vivos e orgânicos, para seguirmos com uma política de língua democrática e que legitime nossos saberes. Apostamos em uma linguística quilombista e transgressora, que parta das práticas de resistência. Apostamos em um pretoguês nas escolas, nas universidades, na fala presidencial, na mídia. Apostamos em nossa diversidade linguística.

Referências

- ALKIMIN, Tânia Maria. Sociolinguística. *In. Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v. I / Fernanda Mussalim, Ana Christina Bentes (orgs.) – 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2003.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015
- BAZZO, Manoella Gonçalves; RESENDE, Tânia Maria. O “R caipira” no sul do Pará: uma marca sociolinguística da (de)colonialidade. **Revista Tabuleiro de Letras**, v. 15, n. 01, p. 138-154, jan./jun. 2021.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. *In. Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal / organização Anderson Ribeiro Oliva*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- FANON. Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.
- FAULSTICH, Enilde. Planificação Lingüística e Problemas de Normalização. **Alfa**, São Paulo, 42, p. 247-268, 1998. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4054/3718>.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em < <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2523992> >.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LABOV, William. O estudo da língua em seu contexto social. *In. Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019
- NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019



RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

SALOMÃO, Ana Cristina Biondo. Variação e mudança linguística: panorama e perspectivas da Sociolinguística Variacionista no Brasil. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 187-207, jul./dez. 2011.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sócio-linguística**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

Dossiê



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 05 de junho de 2022.

Artigo aprovado para publicação em: 09 de junho de 2022.